

Cinturão de proteção

Carolina Nogueira
Valéria Feitoza
Da equipe do **Correio**

O Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB) quer criar um cinturão de preservação em volta de toda a área tombada como Patrimônio da Humanidade na capital federal. Os conselheiros vão enviar ao GDF uma recomendação que, se acatada, obrigará o governo a submeter à aprovação do Conselho todo e qualquer projeto de ocupação e parcelamento do solo nas áreas adjacentes à região tombada, como Lago Sul, Lago Norte, Guará, Núcleo Bandeirante e Paranoá.

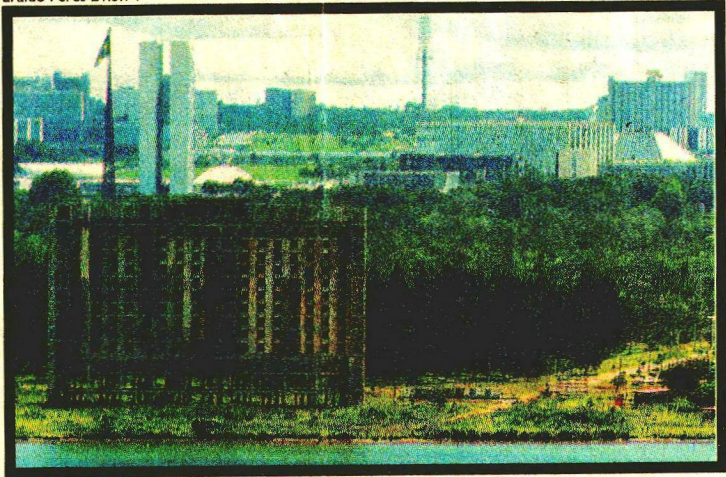
A iniciativa é inspirada em sugestões que técnicos da Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultu-

ra (Unesco) apresentaram no seminário *Brasília: Passado, Presente e Futuro*, realizado em setembro. “A solução definitiva só virá com o Plano Diretor de Brasília, que ainda está em discussão. A criação desse entorno sob nossa responsabilidade seria apenas uma forma provisória de preservar a cidade”, explicou o coordenador do CTPB, Carlos Pontes.

A criação do entorno do Plano Piloto foi proposta pelo próprio urbanista Lucio Costa, o autor do projeto urbanístico da cidade. No documento “Brasília Revisitada”, de 1985, Lucio Costa já alertava para o impacto que a ocupação desordenada do entorno de Brasília poderia ter sobre o Plano Piloto.

Em outras cidades, como São Paulo, cada monumento ou área

Eraldo Peres 21.3.94



CONSELHEIROS DEFENDEM A DEMOLIÇÃO DO ESQUELETO À MARGEM DO LAGO

tombada como patrimônio histórico tem uma região de salvaguarda num raio de 300 metros, onde não se pode edificar nada

que desfigure a visibilidade ou a natureza do bem tombado. Em Brasília, o Conselho Técnico de Preservação achou mais fácil

delimitar as cidades ou bairros que têm impacto direto sobre o Plano Piloto. A iniciativa foi bem recebida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos).

“Brasília já sofreu agressões demais. Está na hora de começar a cuidar do que ainda está intacto”, afirma a arquiteta Suzanna Sampaio, que integra o comitê internacional do Icomos. As agressões a que ela se refere foram listadas em um relatório enviado à sede da Unesco em Paris no primeiro semestre deste ano. Por causa dele, dois especialistas virão à capital no mês que vem para analisar *in loco* os problemas. Dependendo do diagnóstico deles, Brasília pode entrar para a lista de patrimônio em risco da Unesco.

Críticas a novo bairro

Entre os motivos que levaram o Conselho Técnico de Preservação a recomendar a criação de um cinturão de proteção para a área tombada de Brasília há um em especial. Trata-se da criação do Setor Habitacional Park Sul, projetado pela Terracap para ser construído numa área de proteção ambiental entre a Asa Sul e o Guará. Com prédios de até 27 andares, o novo setor habitacional abrigaria mais de 60 mil moradores.

“Isso é algo totalmente incompatível com a área tombada, que fica ao lado”, critica o coordenador do CTPB, Carlos Pontes. Para a arquiteta Fátima Cisneiros, gerente-executiva do Iphan em Brasília, o novo bairro causaria ainda impactos negativos no trânsito, abastecimento de água e escoamento de esgoto do Plano Piloto.

Por causa disso, a Gerência Executiva do Iphan em Brasília enviou ontem ao Ministério Público do DF um parecer contrário à criação do novo setor habitacional. E apóia integralmente a iniciativa do Conselho Técnico de criar o entorno da área tombada.

PRESSÃO

Para Suzanna Sampaio, membro do comitê internacional do Icomos, a pressão para que a recomendação do CTPB seja acatada pelo GDF será muito grande, especialmente por causa da visita de especialistas da Unesco à capital no próximo mês. A subsecretária de Urbanismo e Preservação do GDF, Eliana Klarmann, explica que, se a recomendação for acatada, não será necessário criar nenhum dispositivo legal que garanta o cumprimento da medida. “Basta que a recomendação seja publicada no Diário Oficial e enviada a todos os órgãos do GDF”, diz.

Ainda na reunião de ontem do Conselho Técnico de Preservação, outro assunto entrou em pauta: a questão dos esqueletos de prédios inacabados no Plano Piloto. Uma das soluções apontadas pelos conselheiros é a adoção do IPTU progressivo para os imóveis, como acontece com terrenos ociosos.

Entre os casos de obras inacabadas, uma será tratada à parte: o Palace Hotel, no Setor de Clubes Sul, ao lado da Academia de Tênis. O prédio está embargado há mais de quinze anos por exceder a altura prevista pelo gabarito da área. Segundo Pontes, o Conselho fixará prazo de 60 dias para que o proprietário do local imploda o esqueleto. “Caso ele se recuse, vamos procurar o governo e tentar conseguir essa implosão por vias judiciais”, ameaça.